

# CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## Lei Municipal nº 1378/94

### Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

#### Ata nº 011/2020

1 Ata da Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos –  
2 CMAS, cuja temática refere-se à População em Situação de Rua, realizada no dia 08 de Outubro  
3 de 2020, via plataforma online Google Meet, com a presença de conselheiros e convidados e da  
4 Sra. Tainara. Iniciando a reunião as 14h10, Sra. Marilda – Coordenadora, em exercício, do GT,  
5 deseja uma boa tarde a todos e inicia pelo primeiro item da pauta que refere-se ao cartão  
6 alimentação do Restaurante Bom Prato, que teve sua validade até a data de 30 de setembro,  
7 fazendo com que as pessoas em situação de rua ficassem sem acessar esse serviço como vinha  
8 ocorrendo. Diante disso Sra. Marilda questiona ao Sr. Décio como está sendo isso nas ruas? Sr.  
9 Décio informa que as pessoas estão desesperadas porque não tem mais como pegar a sua  
10 alimentação, seja na hora do almoço ou da janta. Mesmo o valor sendo R\$ 2,50 por dia, no mês é  
11 equivalente a R\$ 100,00 e as pessoas não tem esse recurso. Sra. Marilda lembra que essa situação  
12 piora para aqueles que não estão recebendo o Auxílio Emergencial do Governo Federal. Sr. Décio  
13 relata que o número de pessoas que não acessaram o Auxílio Emergencial é muito maior do que o  
14 informado pela mídia. Acredita que esse número seja cerca de 25% a mais do que o informado.  
15 Sra. Marilda lembra que a mídia não fala especificamente das pessoas em situação de rua. Sr.  
16 Décio informa que está generalizando quando traz essa informação. Sra. Marilda registra a  
17 presença do Sr. Rodrigo, conselheiro representando a SEDS, e questiona se há algum  
18 posicionamento novo em relação a este assunto? Sr. Rodrigo deseja boa tarde todos e informa que  
19 o assunto já vem sendo discutido há algum tempo, inclusive neste GT, no âmbito do CMAS. Faz  
20 um resgate do processo de como se deu a liberação da concessão do cartão alimentação do Bom  
21 Prato. Registra que o município recebeu um montante de 800 cartões, para atendimento das  
22 pessoas cadastradas pela equipe de abordagem social. Lembra que já houve um aditamento ao  
23 processo, que inicialmente tinha vigência até a data de 30 de julho. Registra que enquanto município  
24 esperava-se que houvesse outro aditamento, tendo em vista que ainda vivenciamos a pandemia.  
25 Outras ações do Programa Bom Prato permanecem mantidas, que refere-se a refeição noturna e a  
26 abertura nos finais de semana, mas fomos surpreendidos com a não renovação em todos Estado  
27 do cartão alimentação. Sendo assim, estamos sujeitos as determinações do Governo do Estado de  
28 São Paulo, para essa não prorrogação. Na continuidade a Sra. Marilda passa a palavra para a Sra.  
29 Tatiana, Assistente Social da Defensoria, que informa que desde que tiveram a notícia do corte,  
30 entraram em contato com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social para tentar alguma  
31 tratativa, inicialmente extrajudicial para ser mais célere essa situação, contudo recebemos  
32 devolutiva via ofício, que o corte se deu basicamente por corte orçamentário e que havia pouca  
33 procura pelos municípios. Informa que essa articulação está sendo feita pelo Núcleo de Direitos  
34 Humanos da Defensoria em São Paulo, juntamente com o Ministério Público e Defensoria Pública  
35 da União, que estão em tratativas, mas já estão com a Ação Civil Pública pronta para propor assim  
36 que tiverem a negativa de fato. Informa ainda que a SEDS/SP ficou surpresa com os números de  
37 Santos quando foi passado. Acredita-se que extrajudicialmente não se terá êxito. Ainda sobre o  
38 ofício recebido, relata que a indicação é de que o município absorva essa demanda, seja por meio  
39 de parcerias ou benefícios eventuais. Sra. Tatiana aponta que seria importante no momento,  
40 mensurar como está sendo o impacto disso na vida das pessoas, pois será o principal argumento  
41 para a Ação Civil Pública. Sr. Décio aponta que a execução do Bom Prato é uma aliança triplíce,  
42 sendo assim questiona, quem está se eximindo de sua responsabilidade? Sr. Rodrigo explana como  
43 o município chegou ao número de 800 cartões solicitados, pois o próprio Estado solicitou que os  
44 município apontassem suas cotas. Em Santos, utilizamos o CENSO de 2013, a pesquisa “retrovisor”  
45 realizada recentemente, descontando-se as pessoas que encontravam-se acolhidas. Quando a  
46 SEDS/SP em seu ofício remete ao município abarcar essa demanda, faço uma correlação com o  
47 questionamento do Sr. Décio, pois o Programa Bom Prato funciona em parceria do Estado com os

48 Município e deste com Organizações Sociais. Sr. Rodrigo lembra que mesmo antes de ser uma  
49 Política de Estado o CMAS havia enviado ofício a SEDS/SP questionando sobre a gratuidade para  
50 atender as pessoas em situação de rua e obtivemos como resposta a negativa, uma vez que o  
51 Programa não operava com gratuidade. O que diverge da indicação agora do Estado em que o  
52 município atenda essa demanda. Contudo, assim como o Estado o município também requer  
53 orçamento para atender essa demanda. Sra. Marilda aponta que sem provocação não há resposta,  
54 sendo assim questiona se o CMAS irá fazer essa provocação? Sr. Rodrigo aponta que o CMAS  
55 pode fazer esse questionamento, levando o assunto para a reunião da Diretoria Executiva. Sra.  
56 Cintia, questiona se para além do questionamento a SEDS/SP, o CMAS irá publicar uma nota de  
57 repúdio a essa questão do corte? E com relação a Ação Civil Pública, gostaria de saber como  
58 procede e quem faz a mesma? Como representante do Fórum dos Trabalhadores da Assistência  
59 Social da Baixada Santista, repudia esse corte no cartão. Sra. Tatiana esclarece sobre os  
60 procedimentos para a Ação Civil Pública. Sr. Décio questiona qual a previsão de que isso seja  
61 levado ao Ministério Público? Sra. Tatiana acredita que em uma semana, pois a SEDS/SP ainda  
62 não deu sua palavra final de que não irá retomar esse benefício. Sr. Rodrigo registra que pode-se  
63 encaminhar ofício da DRADS, órgão do Estado na região com o mesmo questionamento, assim  
64 como para o CONSEAS. Na continuidade Sra. Marilda aponta que não foi aprovada a ata da reunião  
65 anterior e questiona se faz-se necessária a leitura da mesma para aprovação? Sr. Daniel solicita  
66 que seja feita a leitura. Sra. Marilda solicita que a Sra. Tainara faça a leitura da ata para aprovação.  
67 Ata aprovada. Na sequência passa-se para o próximo item de pauta, e para o mesmo foi convidada  
68 a Sra. Juliana – Gestora do Programa Novo Olhar. Sra. Marilda passa a palavra para a Sra. Juliana,  
69 que da boa tarde e todos e justifica sua ausência na reunião anterior. Sra. Marilda solicita que para  
70 além de responder os questionamentos da reunião anterior, que a Sra. Juliana possa falar sobre a  
71 questão do Programa Bom Prato. Sra. Juliana ressalta a importância das discussões que este GT  
72 tem oportunizado e inicia sua sala falando sobre o CENSO realizado, que expressa a realidade de  
73 uma única noite, que será complementado com os dados dos serviços e dados da Vigilância  
74 Socioassistencial. A questão atual, perpassa para pela questão eleitoral, e isso está sendo  
75 ponderado para divulgação das informações. Haverá uma reunião que irá discutir essa questão e  
76 no momento não há mais informações para o momento. Durante o período eleitoral a gestão não  
77 pode utilizar-se de divulgação de matérias que possam ser vistas como caráter eleitoral. Com  
78 relação a criação do comitê, reafirma que para a adesão da Política Nacional de Atenção da Pessoa  
79 em Situação de Rua, faz-se necessário a criação do Comitê municipal, que ficará responsável pela  
80 elaboração da Política Municipal de Atenção da Pessoa em Situação de Rua, com sua posterior  
81 avaliação e monitoramento. A minuta estava em tramitação junto a Procuradoria do Município, e  
82 havendo novidades será remetido para conhecimento deste Grupo. Sra. Marilda aponta que já foi  
83 solicitada diversas vezes uma cópia da minuta, uma vez que não temos conhecimento do conteúdo  
84 do mesmo. Quem conhece é apenas a gestão. Questiona quem elaborou? Sra. Juliana relata que  
85 a minuta é baseado no Decreto Federal. Com relação a elaboração, foram diversos membros que  
86 participaram da elaboração do mesmo. Sra. Marilda registra que não foi encaminhado para o CMAS  
87 tomar conhecimento. Sr. Daniel informa que não no momento não tem acesso ao documento e  
88 questiona qual o objetivo de ter conhecimento do documento é para colaborar na elaboração do  
89 mesmo? Sra. Marilda relata que os usuários não tem conhecimento desse documento e estes  
90 deveriam ter conhecimento. Este GT poderia ser o interlocutor entre os usuários e o gestor. Estamos  
91 a cerca de 1 ano e 4 meses aguardando esse documento. Sra. Cintia lembra que quando foi  
92 oportuno a gestão chamou o Movimento de População em Situação de Rua, mas para a construção  
93 coletivo desse documento não foi incluído o Movimento. O GT já tem 8 meses e 11 reuniões e em  
94 todas foi tema de debate. Sra. Juliana questiona qual a melhor forma de encaminhamento da  
95 minuta? Sr. Rodrigo registra que se há uma minuta em tramitação, sendo assim ao retorno desse  
96 processo, que este seja remetido ao CMAS para suas considerações, seria uma alternativa.  
97 Contudo isso pode atrasar mais a publicação. Enquanto órgão gestor, poderia ser feita uma  
98 apresentação para conhecimento do CMAS e discussão da mesma. Atenderia assim uma  
99 solicitação deste GT, encaminhando-se uma cópia da minuta e logo na sequência uma discussão  
100 em próxima reunião, sem necessariamente se aguardar o envio do processo físico. Sra. Aurora  
101 acredita que não é apenas dar conhecimento ao GT, mas sim discutir ele conjuntamente e se for  
102 necessária mudanças, é a própria população de rua que deverá propor. Sr. Rodrigo questiona a  
103 Sra. Juliana se a proposta apresentada é pertinente de ser compactuada? Sra. Juliana acredita que

104 sim, será resgatada a minuta e enviada via e-mail ao Conselho. Sr. Rodrigo então acredita que  
105 atende a solicitação do GT, onde poderá ser discutido e enviado ao órgão gestor as considerações  
106 deste grupo. Sra. Marilda questiona a Sra. Juliana em qual prazo ela irá encaminhar a minuta para  
107 conhecimento do CMAS? Sra. Juliana informa que no início da próxima semana já deve  
108 encaminhar, tendo em vista que será tomado o cuidado de envio do mesmo documento que está  
109 em análise junto a PROJUR. Na sequência a Sra. Marilda passa para o próximo item da pauta que  
110 refere-se a reforma da unidade da SEACOLHE-AIF. Lembra que este comitê foi efetivamente  
111 constituído a partir de uma carta denúncia sobre o espaço do SEACOLHE-AIF, como sendo a  
112 unidade que mais sofria com relação a adequação do espaço. Aponta que até o presente momento  
113 não conseguiu identificar o processo de tomada de preço da reforma. Questiona a Sra. Juliana se  
114 há alguma informação? Quem responde é a Sra. Mirian – coordenadora de atenção a população  
115 em situação de rua. Sra. Mirian informa que não tem novidades em relação da tramitação do  
116 processo, mas para que todos possam ter acesso a consulta passa o número do mesmo: Processo  
117 13.761/2020-1. Relata que esteve em reunião com a chefia de todos os equipamentos da sua  
118 coordenadoria onde também foi questionado sobre o andamento da obra. Contudo depende da  
119 tramitação do processo. Sra. Marilda questiona sobre a data do processo? E Sra. Mirian informa  
120 que no momento não tem essa informação. Sra. Marilda questiona como ficará as condições dos  
121 trabalhadores e dos usuários? Sra. Mirian informa que não tem a data prevista ainda. Aponta que  
122 conversará com antecedência com os servidores e os usuários para as devidas adequações e  
123 realocação de todos. Passará essa informação em reunião do GT. Sra. Marilda questiona o  
124 andamento da articulação com a política de saúde, principalmente com os serviços da saúde  
125 mental? Teve algum encaminhamento ou alguma reunião agendada? Sra. Juliana informa que  
126 dentro das tratativas feitas no início da pandemia em conjunto com os serviços e suas devolutivas,  
127 manteve-se assim, caso haja alguma questão específica a ser tratada pode-se agendar nova  
128 reunião para tratar de forma conjunta. Sra. Marilda lembra que tendo em vista a renovação do  
129 Estado de Calamidade, talvez justifique a não publicação da tomada de preço da obra do  
130 SEACOLHE-AIF, mas agora com o número do processo pode-se acompanhar. Sra. Juliana retoma  
131 se há alguma questão específica deste GT em relação a articulação com a saúde mental? Sra.  
132 Marilda relata que sim, pois tendo em vista a alteração de faixa da pandemia, da laranja para  
133 amarela, tem-se que voltar o atendimento nas ruas e até então desde março não conseguia-se fazer  
134 uma articulação com os funcionários do CAPS e faz-se necessário voltar a discutir os casos,  
135 construindo essa articulação de atendimento nas ruas. Sra. Juliana aponta que sim, os casos  
136 continuam nas ruas, e pode-se articular junto a Coordenação para a discussão dos casos, nessa  
137 questão de mudança de fase na pandemia. Sra. Marilda questiona se há alguma discussão com a  
138 CDHU, Política de Habitação? Sra. Juliana informa que todos aqui são defensores e querem o  
139 “housing firts” e que seja implementado de fato. As discussões em relação a habitação são muito  
140 incipientes, as discussões ficam ainda em torno da Assistência Social e Saúde. Acredita que a  
141 implantação do comitê irá auxiliar na construção de propostas para as políticas públicas. A  
142 pandemia enfraqueceu a discussão sobre a questão da população em situação de rua, mas  
143 havendo sugestões do GT, pode-se buscar pensar estratégias para retomar com mais força os  
144 processos de articulação e discussão. Na continuidade Sra. Marilda passa para o próximo item de  
145 pauta que refere-se a estratégia para o acompanhamento da audiência pública a respeito da retirada  
146 de pertences da população de rua que irá se realizar dia 19 de outubro às 10h, registra que refere-  
147 se a retirada de medicação, documentos, e pertences em geral e não só os carrinhos. Sra. Leticia  
148 sugere que seja disponibilizado o espaço do Centro-POP para montar telão para que as pessoas  
149 possam assistir. Sra. Mirian lembra que há os tablets que pode ser disponibilizados para que seja  
150 acessada a audiência. Sra. Luciana disponibiliza o espaço da Unidade de Saúde do Porto também  
151 como espaço de acesso a audiência. Sra. Cintia sugere pedir apoio do CRP e do CRESS para  
152 disponibilizar equipamentos. Sra. Maria José sugere divulgar nos grupos solidários e se coloca para  
153 compartilhar. Questiona a Sra. Juliana sobre o mapeamento feito dos grupos solidários e que se  
154 possível seja repassado para ela. Sra. Juliana relata que continuam fazendo esse mapeamento e  
155 tem a listagem para que em breve seja pública. Contudo irá enviar como solicitado. Sr. Décio aponta  
156 que é oportuno mapear os locais onde poderá ser feito as reuniões presenciais e locais onde  
157 possam ser feito na própria rua, respeitando-se os cuidados básicos de saúde. Sra. Marilda na  
158 sequência passa a assuntos gerais e informa a devolutiva sobre a questão do número de pessoas  
159 em situação de rua no entorno do Fórum. Informa que a equipe de abordagem social fez o

160 monitoramento no entorno, por cerca de uma semana, em dias alternados, nos três períodos do dia  
161 e não identificou nenhuma anormalidade para além daquilo que já é conhecida. Sra. Tatiana informa  
162 que a reunião será amanhã e o Sr. Prefeito indicou 03 secretários para representá-lo e essa  
163 informação será levada. Sr. Décio informa que referente ao Jornal Vozes da Rua, registro que a  
164 carta que a Sra. Nayara postou, terá que ser adaptada para uma conversa com os prefeituráveis de  
165 Santos e pretende fazer essa divulgação via rádio também. Sra. Aurora registra que o FORTSUAS  
166 elaborou uma carta para os candidatos a vereador e prefeito e será divulgada dia 29 uma live, onde  
167 se solicitará um compromisso dos candidatos com a Política de Assistência Social. Sr. Cintia informa  
168 que dia 09 de outubro das 18h às 21h haverá uma reunião ampliada do FET-SUAS e registra o  
169 apoio aos servidores e repúdio as tentativas de cercear o movimento de população em situação de  
170 rua quando não são ouvidos e os cortes feitos. Não tendo mais assuntos a tratar, Sra. Marilda  
171 declarou finalizada a reunião, às 16h10.

172

173

174

175

176

---

**Marilda da Paixão Isaias dos Santos**

**Coordenadora em Exercício – GT/POP Rua – CMAS**